



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município

Dia 01 de Outubro de 2018
Lei nº 661 de 09 de Abril de 2007

Ano XII

Nº 1525



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 1478 DE 12 DE SETEMBRO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE QUEIMADAS NAS VIAS PÚBLICAS E NOS IMÓVEIS URBANOS DO MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta lei, respeitadas as competências da União e do Município de Monte Carmelo, dispõe sobre a proibição de queimadas nas vias públicas e no interior de imóveis localizados na zona urbana do Município de Monte Carmelo, com o objetivo de preservar a saúde e segurança públicas, bem como manter o meio ambiente local ecologicamente equilibrado.

Art. 2º. Fica proibida, sob qualquer forma, a realização de queimada nas vias públicas e no interior de imóveis, públicos ou particulares, localizados na zona urbana do Município de Monte Carmelo.

§1º. Para os fins desta lei entende-se por queimada:

- I. A queima de mato ou vegetação, seca ou verde, para fins de limpeza de terrenos em aberto ou de áreas livres localizadas em imóveis edificadas;
- II. A queima ao ar livre, como forma de descarte, de papel, papelão, madeiras, mobílias, galhos, folhas, lixo, entulhos e outros resíduos sólidos semelhantes;
- III. A queima ao ar livre, como forma de descarte, de pneus, borrachas, plásticos, resíduos industriais ou outros materiais combustíveis semelhantes, sólidos ou líquidos.

§ 2º. Incluem-se na vedação deste artigo a queimada em terrenos marginais de rodovias, de rios, de lagos ou de matas de quaisquer espécies.

§ 3º. Quando na queimada descrita no inciso I forem encontrados os materiais ou substâncias mencionadas nos incisos II e III, todos deste artigo, será aplicada a pena mais gravosa para a infração.

Art. 3º. Toda pessoa, física ou jurídica, que, de qualquer forma, infringir o disposto nesta lei, ou não prevenir ou impedir o cometimento da infração por terceiros em sua propriedade, ficará sujeito às seguintes penalidades:

- I. Infração ao art. 2º, § 1º, inciso I: multa de 20 UFEMG's, (Unidade Fiscal do Estado de MINAS GERAIS) para cada 125,00m² (cento e vinte e cinco metros quadrados) de terreno, ou fração;
- II. Infração ao art. 2º, § 1º, inciso II: multa de 30 UFEMG's, (Unidade Fiscal do Estado de MINAS GERAIS).
- III. Infração ao art. 2º, § 1º, inciso III: multa 50 UFEMG's, (Unidade Fiscal do Estado de MINAS GERAIS).

§ 1º. As infrações cometidas no horário compreendido entre as 18h00m (dezoito horas) de um dia e as 06h00m (seis horas) do dia seguinte, bem como as cometidas aos sábados, domingos e feriados, serão apenas com o valor da multa aplicado em dobro.

§ 2º. Havendo concorrência de infrações, será aplicada a multa mais gravosa.

§ 3º. Reincidindo o infrator no cometimento de qualquer infração prevista nesta lei, no período de 3 (três) anos contados da última autuação, será aplicada a multa em dobro, a cada nova infração, sobre o valor da última multa.

§ 4º. Em casos de incêndio criminoso, praticado por pessoa distinta do proprietário do imóvel, este somente se eximirá do pagamento da multa com a apresentação de Boletim de Ocorrência Policial que relate o fato.

§ 5º. A aplicação das multas previstas nesta lei não exonera o infrator das demais cominações civis ou penais cabíveis.

§ 6º. As multas deverão ser recolhidas pelo infrator no prazo de 20 (vinte) dias, contados da lavratura do auto de infração.

Art. 4º. Será considerado infrator, na forma desta lei, o executor da queimada.

Parágrafo único. Respondem solidariamente com o infrator, na seguinte ordem, conforme o caso:

- I. O mandante;
- II. Quem estiver na posse direta do imóvel;
- III. O proprietário do imóvel;
- IV. Quem, por qualquer forma, concorrer para o cometimento da infração.

Art. 5º. A defesa do autuado far-se-á por requerimento dirigido ao Secretário Municipal do Meio Ambiente.

Art. 6º. Aplica-se subsidiariamente na execução desta lei, naquilo que couber, notadamente quanto à autuação, defesa do autuado e prazos, as disposições contidas na Lei Municipal nº 1.223, de 17 de junho de 1987 – Código de Posturas do Município de Monte Carmelo.

Art. 7º. As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 8º. Esta lei entra em vigor no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carmelo/MG, 12 de setembro de 2018.

SAULO FALEIROS CARDOSO
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



DECRETO Nº 2113 DE 26 DE SETEMBRO DE 2018.

"REVERTE AO PATRIMÔNIO PÚBLICO 17 LOTES CAUCIONADOS DO LOTEAMENTO RESIDENCIAL CAMPESTRE, EM RAZÃO DA NÃO REALIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA POR PARTE DA LOTEADORA E A CONSECUTIVA EXECUÇÃO POR PARTE DO MUNICÍPIO".

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto nas Leis Federais 6.766/79, Lei 9.785/99, e as normas municipais que abordam temas sobre a utilização e fracionamento do solo urbano;

CONSIDERANDO que o Decreto 732 de 20 de novembro de 1991 aprovou o Loteamento denominado Residencial Campestre, de propriedade da firma Landaeta Imóveis Ltda., responsabilizando o loteador pelas obras de infraestruturas, de acordo com a execução das obras de infraestruturas, conforme descrito no cronograma de execução das obras de infraestrutura;

CONSIDERANDO que foram caucionados 63 (sessenta e três) lotes de terrenos, em garantia para realização das infraestruturas, que seriam liberados a medida que fossem concluídas as obras, com prazo previsto de 24 (vinte e quatro) meses (art. 2º do Decreto 732/1991);

CONSIDERANDO que o Laudo de Vistoria 02/2018 e complemento, elaborado pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos informa que as obras de infraestrutura implantados no Loteamento Residencial Campestre, foram custeados pelo Município de Monte Carmelo;

CONSIDERANDO que restam caucionados 17 (dezessete) lotes, e que a reversão ao patrimônio público é medida que se impõe, já que a Loteadora não executou as obras de infraestrutura no Loteamento Residencial Campestre;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam revertidos ao Patrimônio Público Municipal os lotes urbanos de números 01, 02, 03 e 04 da Quadra 06, Lotes 01, 02 e 03 da Quadra 11; e Lotes 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18 da Quadra 14, localizados no loteamento Residencial Campestre, de propriedade de Landaeta Imóveis Ltda., aprovado pelo Decreto Municipal 732 de 20 de novembro de 1991.

Art. 2º - A presente reversão funda-se no pleno descumprimento do art. 2º do Decreto 732 de 20 de novembro de 1991.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo, 26 de setembro de 2018.

SAULO FALEIROS CARDOSO
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



DECRETO Nº 2114 DE 27 DE SETEMBRO DE 2018.

"Retifica o art. 1º do Decreto 1931 de 06 de fevereiro de 2017".

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, por meio do Processo nº 1025469, verificou que no Decreto 1931 de 06 de fevereiro de 2017, ato concessório da aposentadoria da servidora Valda Rodrigues de Araujo, não consta o fundamento constitucional correto;

CONSIDERANDO que a servidora ingressou no serviço público anteriormente a 01/01/2004,

CONSIDERANDO que na data da concessão do benefício, em 01/01/2017, a Emenda Constitucional nº 70/2012 já estava em vigor;

CONSIDERANDO, ainda, o disposto no art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, bem como a redação dada pela Emenda Constitucional supramencionada,

DECRETA:

Art. 1º - Retifica-se o art. 1º do Decreto 1931 de 06 de fevereiro de 2017, publicado no Diário Oficial do Município nº 1204, no dia 09 de fevereiro de 2017, de forma a constar no ato concessório o fundamento constitucional correto, qual seja, art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal de 1988 c/c Emenda Constitucional nº 70/2012, mantida a fundamentação na legislação municipal, consubstanciada no art. 111, inciso I e II, alínea c, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem em 01/01/2017.

Monte Carmelo, 27 de setembro de 2018.

SAULO FALEIROS CARDOSO
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2018. O Secretário Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar no dia 11 de outubro de 2018, às 09:00 horas no setor de Licitações, da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo - MG, situado à Avenida Olegário Maciel nº 129, 2º Andar, Bairro Centro, perante Comissão para tal designada, Pregão Presencial nº 65/2018, tipo Menor Preço por item. Cujo Objeto: Refere-se à Contratação de Laboratório para Confecção de Próteses Dentárias, para os usuários do SUS, conforme Portaria nº 1585 de 02 de agosto de 2013 do Ministério da Saúde, para atender às necessidades do Município de Monte Carmelo-MG. Para participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual. Para obterem maiores informações os interessados poderão procurar o Setor de Licitação, de 08:00 às 11:30, e de 13:30 às 17:00 ou ligue (34) 3842-5880 ou ainda pelo e-mail licitacao@montecarmelo.mg.gov.br. O edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.montecarmelo.mg.gov.br, ou na sede da Prefeitura. Monte Carmelo, 27 de setembro de 2018. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Pregoeiro.



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS - Nº 66/2018. O Secretário Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar no dia 11 de outubro de 2018, às 14:00 horas no setor de Licitações, da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo - MG, situado à Avenida Olegário Maciel nº 129, 2º Andar, Bairro Centro, perante Comissão para tal designada, Pregão Presencial SRP – nº 66/2018, tipo Menor Preço por item. Cujo Objeto: Refere-se à Registro de Preços para Eventual e Futura Contratação de empresa para a Prestação de Serviços de Hospedagem no Município de Monte Carmelo MG, para atender diversos setores e Secretarias Municipais. Para obterem maiores informações os interessados poderão procurar o Setor de Licitação, de 08:00 às 11:30, e de 13:30 às 17:00 ou ligue (34) 3842-5880 ou ainda pelo e-mail licitacao@montecarmelo.mg.gov.br. O edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.montecarmelo.mg.gov.br, ou na sede da Prefeitura. Monte Carmelo, 27 de setembro de 2018. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Pregoeiro.



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO-MG. EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 140/2018. PREGÃO PRESENCIAL SRP – Nº 59/2018, PROCESSO 67/2018. Órgão Gerenciador: Município de Monte Carmelo-MG. **Vigência:** 12 (Doze) meses. **Objeto:** Refere-se à Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Enxovais para Bebês, para Atender as Necessidades do Município de Monte Carmelo, Através da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social. Com Reserva de Itens para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual. **Empresa:** Comercial Têxtil DFM EIRELI EPP, CNPJ: 19.980.359/0001-09. **Valor Global:** R\$ 97.098,40. **Data:** 20/09/2018. Paulo Rodrigues Rocha - Secretário Municipal da Fazenda. **AVISO DE HABILITAÇÃO.** O Pregoeiro torna público o resultado da Habilitação do Processo nº 67/2018, modalidade Pregão SRP nº 59/2018 – Tipo: menor preço por lote. **Empresa Habilitada:** Comercial Têxtil DFM EIRELI EPP. **Data:** 18/09/2018. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Pregoeiro. **AVISO DE HOMOLOGAÇÃO:** O Secretário Municipal da Fazenda torna pública a Homologação do processo nº. 67/2018, modalidade Pregão SRP nº 59/2018 – Tipo: menor preço por lote, em favor da Empresa: Comercial Têxtil DFM EIRELI EPP. **Data:** 20/09/2018. Paulo Rodrigues Rocha – Secretário Municipal de Fazenda.

EXPEDIENTE

**DIÁRIO OFICIAL
DO MUNICÍPIO**

ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
RESPONSÁVEL: BRUNA LAIS DE OLIVEIRA
TEL.FONE: (34) 3842-5880 - RAMAL 228
ACESSO: www.montecarmelo.mg.gov.br